

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunhos.

## -- PROVA OBJETIVA --

### GRUPO I

#### Questão 1

Consoante as disposições da Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, na hipótese de ser imputada ao presidente da República prática de infração penal comum, o juízo de admissibilidade quanto à instauração do processo caberá

- A à Comissão de Constituição e Justiça.
- B ao Senado Federal.
- C ao Supremo Tribunal Federal.
- D à Câmara dos Deputados.
- E ao Congresso Nacional.

#### Questão 2

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e com os dispositivos da Constituição Federal de 1988, a edição de ato normativo por município para remover a utilização do termo “orientação sexual” no âmbito das instituições da rede municipal de ensino configura ato que

- A está inserido no rol de competências do município.
- B invade a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.
- C efetiva o princípio da isonomia.
- D invade a competência do estado para dispor sobre o tema.
- E preserva o pluralismo de ideias no ensino.

#### Questão 3

A emenda à Constituição é compreendida pelo processo legislativo e integra o conjunto de espécies normativas presentes no ordenamento jurídico. Entretanto, a própria Constituição Federal de 1988 limita as temáticas que podem ser objeto de emenda constitucional. Nesse sentido, pode ser tema de proposta de emenda constitucional

- A a impossibilidade de indenização pelo Estado a quem permaneceu preso além do tempo fixado na sentença.
- B a centralização de todo o conjunto de atribuições estatais na União.
- C o estabelecimento do voto facultativo para todos os eleitores.
- D a fixação de valores de pagamento de taxas para obtenção de certidões em órgãos públicos, para fins de defesa de direitos.
- E a criação de tribunal de exceção com o objetivo de apreciar demandas referentes a determinada circunstância.

#### Questão 4

Na hipótese de violação às prerrogativas da Defensoria Pública da União (DPU), a defesa judicial de tal temática, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, poderia ser exercida

- A pela Defensoria Pública, independentemente de representação judicial da Advocacia-Geral da União.
- B pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública.
- C por entidade associativa com pertinência temática, mas não por nenhuma das instituições integrantes das funções essenciais à justiça.
- D pela Advocacia-Geral da União, mas não pela Defensoria Pública.
- E pela Advocacia-Geral da União e pelo Ministério Público.

#### Questão 5

A Constituição Federal de 1988 dispõe que não deve haver distinção legal entre brasileiros natos e naturalizados, com exceção dos casos previstos no próprio texto constitucional. Conforme as disposições da Constituição Federal de 1988, são privativos de brasileiros natos os cargos de

- A ministro do Superior Tribunal de Justiça e oficial das Forças Armadas.
- B carreira diplomática e ministro da justiça.
- C presidente da República e presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- D presidente do Senado Federal e vice-presidente da República.
- E ministro do Supremo Tribunal Federal e ministro da Casa Civil.

#### Questão 6

Considere que tenha sido ajuizada, em tribunal de justiça local, uma ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo editado por município, tendo como parâmetro de controle dispositivo da Constituição Federal de 1988 (CF). Nesse caso, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), o controle abstrato de constitucionalidade

- A deve ser exercido originariamente pelo STF, considerando-se que o parâmetro de controle são normas insertas na CF.
- B não é cabível, pois o ato normativo municipal deve ser questionado no âmbito do controle difuso.
- C pode ser exercido pelo tribunal de justiça, caso o parâmetro de controle invocado na ação seja norma de reprodução obrigatória na Constituição estadual.
- D não deve ser admitido pelo tribunal de justiça, ainda que se trate de norma de reprodução obrigatória na Constituição estadual.
- E pode ser exercido originariamente pelo STF, desde que se trate de norma de reprodução obrigatória.

#### Questão 7

Considere que uma pessoa transgênero e hipossuficiente tenha procurado a Defensoria Pública para que lhe seja assegurada judicialmente a alteração de seu prenome no registro civil. De acordo com os dispositivos presentes na Constituição Federal de 1988 e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, essa pessoa

- A não pode ser representada Defensoria Pública, já que tal circunstância não consta do rol de atribuições dessa instituição.
- B pode ser representada pela Defensoria Pública, dada a sua hipossuficiência, embora a pretensão não encontre amparo no catálogo de direitos fundamentais.
- C não pode ser representada pela Defensoria Pública, já que a alteração do prenome, nessa circunstância, deve ser feita pela via administrativa.
- D pode ser representada pela Defensoria Pública em juízo, enquanto eventual denegação judicial de alteração do prenome preservaria o direito fundamental ao livre desenvolvimento da personalidade.
- E pode ser representada pela Defensoria Pública, com o objetivo de assegurar a efetivação do direito à igualdade e do direito ao livre desenvolvimento da personalidade.

**Questão 8**

Assinale a opção correta, com base nos conceitos doutrinários de universalismo e relativismo cultural.

- Ⓐ O universalismo de partida corresponde à proteção do localismo, sob as premissas de uma racionalidade material, que resiste ao universalismo colonialista, relacionando-se com as ideias de uma sociedade multicultural.
- Ⓑ O relativismo cultural radical ainda é uma importante ferramenta dos direitos humanos, na medida em que considera as diferentes posições culturais, políticas e sociais sob uma perspectiva dialógica.
- Ⓒ O universalismo de linhas paralelas corresponde a uma racionalidade que universaliza o particularismo, fruto do modelo de produção capitalista, conforme o qual todos têm direito por ter simplesmente nascido.
- Ⓓ O universalismo de chegada corresponde a uma concepção discursiva, fruto do entrecruzamento dos diversos particularismos e o universal, em uma ampla gama de relações que envolvem o local–global e o global–local.
- Ⓔ O universalismo de confluência corresponde a uma concepção intercultural do universalismo, superando o paradigma inicial do multiculturalismo por um "multiculturalismo crítico ou de resistência", razão por que não se confunde com o universalismo de chegada.

**Questão 9**

Acerca das três vertentes da proteção internacional da pessoa humana, assinale a opção correta.

- Ⓐ O direito internacional humanitário consiste no conjunto de normas jurídicas especialmente destinadas à proteção de pessoas deslocadas forçadamente do seu país de origem ou sua residência habitual.
- Ⓑ O direito internacional dos direitos humanos, em seu sentido estrito, corresponde ao gradiente de direitos que têm aplicação específica em tempos de paz, reservando-se ao tempo de guerra as normas do direito humanitário e dos refugiados.
- Ⓒ O direito internacional humanitário aplica-se tanto nos conflitos internos, como em uma guerra civil, quanto em conflitos internacionais ou internacionalizados, sem, contudo, afastar a aplicação do direito internacional dos direitos humanos em sentido estrito e do direito internacional dos refugiados.
- Ⓓ O direito internacional humanitário tem aplicação específica no *jus in bello*, portanto, constitui importante ferramenta de proteção dos direitos humanos em situações de escalada de violência urbana, sem que importe em conflito armado de natureza interna ou internacional.
- Ⓔ O *jus ad bellum* foi expressamente reconhecido na Carta das Nações Unidas, permitindo que os Estados utilizem internacionalmente da força em situações de litígios fronteiriços, autorizando assim, a "guerra de conquista".

**Questão 10**

Considerando o Sistema de Proteção dos Direitos Humanos da ONU, assinale a opção correta.

- Ⓐ A Comissão de Direitos Humanos foi criada em 2006, vinculada ao Conselho Econômico e Social, tendo como principais mecanismos de fiscalização dos direitos humanos os procedimentos 1235 e 1503.
- Ⓑ A Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes é o único tratado do sistema convencional da ONU que possui dois órgãos de monitoramento, sendo um deles especificamente destinado a fiscalizar os estabelecimentos penais, como forma, por exemplo, de prevenir tratamentos degradantes.
- Ⓒ O Conselho de Direitos Humanos é um *treaty body* responsável pela fiscalização dos direitos humanos relacionados ao Pacto de Direitos Civis e Políticos.
- Ⓓ A Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher não possui um órgão de fiscalização, cabendo a cada país criar um organismo responsável pelo monitoramento dos direitos humanos.
- Ⓔ A Convenção da ONU sobre os Direitos das Crianças estabeleceu, por meio de Protocolo Facultativo, a criação de um mecanismo de fiscalização especialmente destinado ao tráfico de pessoas.

**Questão 11**

Acerca da Corte Interamericana de Direitos Humanos, assinale a opção correta.

- Ⓐ As supostas vítimas, seus familiares ou seus representantes não possuem capacidade postulatória, assim, não podem apresentar petições, argumentos e provas de forma autônoma, sempre dependendo da participação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- Ⓑ Uma petição somente será aceita, se forem interpostos e esgotados os recursos da jurisdição interna, regra que não comporta exceção.
- Ⓒ A partir dos chamados Casos Hondurenhos, a Corte Interamericana passou a flexibilizar a regra para casos envolvendo o desaparecimento forçado, em uma presunção a favor das vítimas.
- Ⓓ No Caso Povo Indígena Xucuru, a Corte entendeu que o ônus da demonstração do esgotamento dos recursos internos é de quem alega, assim desincumbiu o Estado brasileiro de tal demonstração, sob o fundamento de que a inversão do ônus acarretaria a chamada "prova diabólica".
- Ⓔ Em casos de extrema gravidade e urgência, além de ser medida necessária para evitar prejuízos irreparáveis, poderão ser ordenadas medidas provisórias, somente a pedido das partes.

**Questão 12**

No que tange ao Protocolo de Assunção, instrumento de promoção e proteção dos direitos humanos no MERCOSUL, assinale a opção correta.

- A** O tratado tem plena aplicação, independentemente da intensidade da violação; assim, distingue-se de outros mecanismos, ao não se restringir à ocorrência de graves e sistemáticas violações aos direitos humanos.
- B** A referência às instituições democráticas como instrumento de assegurar os direitos humanos é um dos pontos mais importantes do tratado, complementando outros instrumentos regionais, como o Protocolo de Ushuaia.
- C** Esse tratado não se aplica em situações de crise institucional ou durante a vigência de estados de exceção previstos nos ordenamentos constitucionais, como, por exemplo, no Brasil, o Estado de Sítio.
- D** Entre as medidas previstas e cabíveis em caso de violação dos direitos humanos incluem-se a suspensão do direito a participar do processo de integração; a suspensão de outros direitos e obrigações; e a indenização pecuniária para as vítimas e seus familiares.
- E** De acordo com esse protocolo, monitoramento dos direitos humanos se dará por meio da criação do Conselho de Direitos Humanos do Cone Sul, órgão composto com representantes de todos os Estados-membros e associados.

**Questão 13**

Acerca dos casos brasileiros na Corte Interamericana de Direitos Humanos, assinale a opção correta.

- A** No Caso Escher, a sentença determinou a implementação de uma política antimanicomial no país, o que se deu através da Lei n.º 10.216/2001 — em que pese ter sido anterior à sentença, foi posterior à submissão do caso à Corte.
- B** O Caso Márcia Barbosa envolveu um crime de feminicídio, no entanto, por não estarem dentro da competência temporal da Corte, em sede de sentença, não houve a apreciação do mérito.
- C** Em sede de sentença condenatória no Caso Trabalhadores da Fábrica de Fogos, foi reconhecida natureza da proibição do trabalho escravo como norma de *jus cogens* e obrigação *erga omnes*, além da imprescritibilidade do crime de escravidão.
- D** Ao julgar o Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde, a Corte reconheceu a situação de discriminação estrutural e interseccional, diante da situação de pobreza estrutural vivenciada pelos trabalhadores, em especial mulheres e meninas afrodescendentes.
- E** No Caso Favela Nova Brasília, na sentença de condenação houve repúdio aos autos de resistência à prisão e de resistência seguida de morte, prática comum nos órgãos de segurança pública para dar aspecto de legalidade a execuções sumárias.

**Questão 14**

São bens públicos os

- A** bens de uso comum do povo destinados à realização das atividades da administração pública e que podem ser objeto de alienação enquanto conservarem sua qualificação.
- B** bens dominicais destinados à utilização de todos os membros da sociedade, como edifícios públicos e universidades públicas.
- C** bens de uso especial que podem ser objeto de alienação enquanto conservarem sua qualificação, como logradouros públicos e estradas.
- D** bens de uso especial destinados à consecução dos fins da administração pública, como os imóveis voltados à instalação de repartições públicas.
- E** bens de uso comum do povo que compõem o patrimônio de qualquer dos entes federados, como objeto de direito pessoal ou real, tais quais rios e mares.

**Questão 15**

Os atos emanados da administração pública que produzam danos estarão sujeitos à responsabilidade civil. No que tange aos atos legislativos,

- A** a responsabilidade civil é atribuída ao Estado em relação aos danos gerados por ato praticado com base em lei inconstitucional, sendo a lei, e não o ato, causa direta da responsabilidade.
- B** é vedada a atribuição de responsabilidade civil ao Estado, uma vez que atos legislativos não produzem danos indenizáveis aos indivíduos.
- C** a responsabilidade civil atribuída ao Estado é circunscrita aos atos legislativos emanados do Poder Executivo.
- D** a responsabilidade civil é atribuída ao Estado quando a lei, objeto de declaração de inconstitucionalidade, produz danos aos particulares.
- E** é vedada a atribuição de responsabilidade civil ao Estado, porque a responsabilidade é restrita aos atos administrativos.

**Questão 16**

Acerca do controle da atividade desempenhada pela administração pública, assinale a opção correta.

- A** O controle de legalidade dos atos administrativos pelo Poder Judiciário revela-se incompatível com o princípio da separação dos Poderes.
- B** O controle de mérito dos atos administrativos é atribuído exclusivamente ao Poder Judiciário.
- C** O controle de legalidade dos atos administrativos pelo Poder Legislativo revela-se incompatível com o princípio da separação dos Poderes.
- D** O controle de legalidade dos atos administrativos é adstrito ao Poder Legislativo.
- E** O controle de mérito dos atos administrativos cabe à própria administração pública.

**Questão 17**

Submetem-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive no que tange aos direitos e às obrigações de natureza civil, comercial, tributária e trabalhista,

- A** sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica.
- B** sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos.
- C** fundações públicas.
- D** autarquias.
- E** agências reguladoras.

**Questão 18**

Considere que um agente público tenha praticado ato comissivo, exercendo de maneira irregular suas funções, e que isso tenha resultado em prejuízos a terceiros. Nesse caso, o agente público

- A** está sujeito à responsabilidade civil-administrativa, já que não se submete à responsabilidade penal.
- B** não está sujeito à responsabilidade civil-administrativa, já que esta é circunscrita aos atos omissivos.
- C** está sujeito à responsabilidade civil-administrativa e penal, com a possibilidade de cumulação de sanções decorrentes de esferas diversas.
- D** não está sujeito à responsabilidade civil-administrativa, já que se submete à responsabilidade penal, por ter cometido ato comissivo.
- E** está sujeito à responsabilidade civil-administrativa e penal, sendo vedada a cumulação de sanções decorrentes de esferas diversas.

**Questão 19**

No que tange à atividade administrativa, são aplicáveis tanto à administração pública quanto ao administrado os padrões firmados pelo princípio

- A** da publicidade.
- B** da legalidade.
- C** da boa-fé.
- D** da segurança jurídica.
- E** do interesse público.

**Questão 20**

Uma contribuição de intervenção no domínio econômico

- A** não pode incidir sobre receitas de importação de produtos estrangeiros.
- B** não pode ter alíquota *ad valorem*.
- C** não pode incidir sobre receitas de importação de serviços estrangeiros.
- D** pode ter alíquota específica.
- E** pode incidir sobre receitas decorrentes de exportação.

**Questão 21**

Na criação de normas de direito tributário, é da competência exclusiva do Congresso Nacional

- A** resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- B** autorizar o presidente da República a declarar imunidade tributária de empresas estrangeiras.
- C** promulgar leis que criem isenções.
- D** expedir instruções normativas.
- E** sancionar leis que definam fatos geradores de obrigações tributárias.

**Questão 22**

Em conformidade com o Código Tributário Nacional e as normas de direito civil aplicáveis, assinale a opção correta, relativa à capacidade tributária passiva.

- A** A capacidade tributária passiva de pessoas jurídicas depende de que elas estejam regularmente constituídas.
- B** A capacidade tributária passiva de pessoas naturais depende da sua capacidade civil.
- C** A capacidade tributária passiva de pessoas jurídicas depende de que elas configurem uma unidade econômica ou profissional.
- D** A capacidade tributária passiva de pessoas naturais depende de que elas estejam sujeitas a medidas que importem privação do exercício de atividades civis.
- E** A capacidade tributária passiva de pessoas naturais depende de que elas estejam sujeitas a medidas que importem limitação ao exercício de atividades profissionais.

**Questão 23**

Suponha que o fisco tenha comprovado a ocorrência de fraude em um lançamento tributário, configurada pelo fato de um agente público tê-lo efetuado com valor inferior ao devido. Nesse caso, o fisco deve

- A** intimar o agente público a pagar o valor devido e retificar o lançamento.
- B** promover lançamento de ofício.
- C** intimar o contribuinte para que este apresente declaração retificadora.
- D** intimar o contribuinte e o agente público para que promovam o lançamento de retificação.
- E** homologar, de imediato, o lançamento pelo valor nele inscrito e promover a cobrança da diferença.

**Questão 24**

Em uma operação interestadual de fornecimento de gás natural entre contribuintes do ICMS, a receita desse imposto

- A** caberá exclusivamente ao estado de destino.
- B** caberá exclusivamente ao estado de origem.
- C** não será devida, devido à imunidade tributária atribuída ao gás natural.
- D** será repartida, em iguais parcelas, entre o estado de origem e o de destino.
- E** será repartida entre o estado de origem e o de destino, mantendo-se a mesma proporcionalidade que ocorre nas operações com as demais mercadorias.

**Questão 25**

Constituído o crédito tributário, será ilegítima a execução fiscal contra

- A** os sucessores do devedor.
- B** o fiador do devedor.
- C** o avalista do devedor.
- D** o espólio do devedor.
- E** a massa.

**Espaço livre**

**GRUPO II****Questão 26**

Maria, mulher transexual de dezenove anos de idade, deseja retificar seu registro civil para que conste o seu nome social e o gênero com o qual se identifica. Em pesquisas na Internet, ela descobriu que a Lei de Registros Públicos determina que o prenome é definitivo, o que a levou a crer que sua vontade poderia não ser realizada. No entanto, conversando com outras pessoas, descobriu que havia um mutirão promovido pela Defensoria Pública local com o objetivo de dar encaminhamento na retificação documental de pessoas trans em razão do mais recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.

Nessa situação hipotética, conforme o entendimento do Poder Judiciário e a legislação de regência, para conseguir a retificação de seus documentos de identidade, Maria deverá

- A** submeter-se a cirurgias de redesignação sexual e realizar, nos moldes do Sistema Único de Saúde, os tratamentos hormonais cabíveis, para, então, ajuizar uma ação retificadora.
- B** submeter-se a cirurgias de redesignação sexual e realizar, nos moldes do Sistema Único de Saúde, os tratamentos hormonais cabíveis, para, então, apresentar requerimento próprio junto ao cartório competente.
- C** apresentar, ainda que com dezenove anos de idade, requerimento próprio junto ao cartório competente, sendo dispensada a apresentação de diagnósticos médicos indicando que ela seja uma mulher transexual.
- D** ajuizar, somente após completar vinte e um anos de idade, uma ação retificadora, mesmo que não tenha se submetido a cirurgias de redesignação sexual e realizado os tratamentos hormonais cabíveis, nos moldes do Sistema Único de Saúde.
- E** apresentar, somente após completar vinte e um anos de idade, requerimento próprio junto ao cartório competente, desde que apresente diagnósticos médicos indicando sua condição de mulher transexual.

**Questão 27**

Luiz é proprietário de um apartamento residencial, o qual aluga para Pedro, que o subloca integralmente para Rosa. Por motivos pessoais, Luiz pretende vender o imóvel e sabe que na lei que rege a locação de imóveis urbanos existe previsão de direito de preferência do locatário quanto à aquisição do bem.

Nessa situação hipotética, de acordo com a legislação de regência, Luiz deverá, de maneira inequívoca, dar conhecimento do negócio jurídico que pretende realizar

- A** exclusivamente para Rosa, a qual terá quinze dias para se manifestar sobre a proposta, sob pena de caducar o seu direito de preferência, tendo em vista que Pedro, na condição de locatário, somente teria direito de preferência subsidiário ao da sublocatária se o imóvel tivesse fim comercial.
- B** inicialmente para Rosa, que tem preferência sobre Pedro, tendo ela trinta dias para se manifestar sobre a proposta, sob pena de caducar o seu direito de preferência.
- C** inicialmente para Pedro, que tem preferência sobre Rosa, tendo ele trinta dias para se manifestar sobre a proposta, sob pena de caducar o seu direito de preferência.
- D** inicialmente para Rosa, que tem preferência sobre Pedro, tendo ela quinze dias para se manifestar sobre a proposta, sob pena de caducar o seu direito de preferência.
- E** inicialmente para Pedro, que tem preferência sobre Rosa, tendo ele quinze dias para se manifestar sobre a proposta, sob pena de caducar o seu direito de preferência.

**Questão 28**

De acordo com o Código Civil, o negócio jurídico será nulo quando

- A** for celebrado por pessoa relativamente incapaz ou não revestir a forma prescrita em lei.
- B** o seu motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito ou for indeterminável o seu objeto.
- C** o seu motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito ou for celebrado por pessoa relativamente incapaz.
- D** houver vício resultante de coação ou for indeterminável o seu objeto.
- E** não revestir a forma prescrita em lei ou houver vício resultante de coação.

**Questão 29**

No dia do aniversário de dezessete anos de Pedro, seu pai, Carlos, após uma briga entre eles durante a comemoração, destruiu o *videogame* do filho, comprado com a mesada que este recebia de sua avó. Indignado com a situação, Pedro buscou, alguns meses depois, auxílio para ajuizar uma ação de reparação de danos morais e materiais em desfavor de seu genitor.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar, à luz do Código Civil, que o prazo prescricional para o ajuizamento, por Pedro, da referida demanda, em desfavor de Carlos, é de

- A** três anos, a contar do evento danoso.
- B** dois anos, a contar da data do evento danoso.
- C** dois anos, a contar da data em que Pedro completar dezoito anos.
- D** um ano, a contar do evento danoso.
- E** três anos, a contar da data em que Pedro completar dezoito anos.

**Questão 30**

Acerca das espécies de contratos regulados pelo Código Civil, julgue os itens seguintes.

- I O mútuo é o empréstimo de coisa fungível, enquanto o comodato é o empréstimo de coisas não fungíveis.
- II O contrato de mútuo feneratício é uma modalidade de contratação unilateral onerosa, cujo prazo deve ser de pelo menos trinta dias caso não tenha sido convencionado expressamente outro e o objeto for dinheiro.
- III O contrato de prestação de serviços não poderá ser convencionado por mais de dois anos e, caso o contratado não saiba ler e escrever, o instrumento poderá ser assinado a rogo e subscrito por três testemunhas.
- IV Caso o prestador de serviço seja despedido sem justa causa, a outra parte deverá lhe pagar por inteiro a retribuição que lhe tocaria de então até o termo legal do contrato.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** III e IV.
- D** I, II e IV.
- E** II, III e IV.

**Questão 31**

Murilo, de setenta e um anos de idade, tem um relacionamento com Estefânia, de sessenta e quatro anos de idade, que é sua vizinha há longos anos. Ambos são solteiros e Estefânia tem uma filha, Laura, de um antigo relacionamento. Como Laura vai mudar de cidade, Murilo e Estefânia decidiram se casar.

De acordo com as disposições do Código Civil, Murilo e Estefânia devem se casar

- A** preferencialmente pelo regime da separação de bens, tendo em vista a idade de Estefânia.
- B** obrigatoriamente pelo regime da separação de bens, em razão da idade de Murilo.
- C** obrigatoriamente pelo regime de comunhão parcial de bens, em razão da idade de Murilo.
- D** preferencialmente pelo regime de comunhão parcial de bens, tendo em vista a idade de Estefânia.
- E** pelo regime de comunhão universal de bens, não sendo relevantes as idades dos futuros cônjuges.

**Questão 32**

João Antônio escreveu um testamento de próprio punho e, na presença de três testemunhas, leu o documento, no qual relacionou alguns imóveis e bens de alto valor para serem transmitidos aos seus herdeiros. Após terem conhecimento do seu conteúdo, João e as testemunhas assinaram o testamento.

De acordo com a doutrina e o Código Civil, o testamento elaborado por João Antônio é denominado

- A** especial.
- B** público.
- C** cerrado.
- D** hológrafo.
- E** de codicilo.

**Questão 33**

Assinale a opção correta, a respeito do empresário e de seu regime jurídico.

- A** Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção de bens, excluída a prestação de serviços.
- B** Aquele que desempenha atividade intelectual ou artística pode ser considerado empresário, bastando que haja concurso de auxiliares ou colaboradores.
- C** O empresário que se tornar incapaz não poderá continuar sua empresa, ainda que assistido ou representado.
- D** O empresário que instituir filial em lugar sujeito à jurisdição de outro registro público de empresas mercantis deverá inscrevê-la também neste lugar, com a prova da inscrição originária. Porém, a constituição do estabelecimento secundário deverá ser averbada no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.
- E** A inscrição do empresário ou sociedade empresária é essencial para a sua caracterização.

**Questão 34**

Em relação ao estabelecimento empresarial, assinale a opção correta.

- A** Esse estabelecimento é o local onde o empresário desempenha a sua empresa.
- B** Salvo disposição em contrário, a transferência do estabelecimento importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para sua exploração, a não ser que tenham caráter pessoal.
- C** A natureza do estabelecimento empresarial é necessariamente física, de modo que ambientes virtuais não recebem a proteção conferida.
- D** Esse estabelecimento pode ser sujeito ou objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.
- E** O estabelecimento empresarial pode ser alienado mediante contrato oneroso, denominado trespasse, hipótese em que o alienante não poderá fazer concorrência ao adquirente nos 10 anos seguintes ao negócio.

**Questão 35**

Assinale a opção correta, em relação à classificação dos títulos de crédito.

- A** Nos títulos classificados como ordens de pagamento, existem as figuras do sacador, pessoa contra quem o título é emitido; do sacado, pessoa que ordena o pagamento; e do tomador, beneficiário do pagamento.
- B** Títulos nominativos são aqueles em que há expressa identificação do seu credor, de modo que a validade de sua transferência depende de endosso.
- C** Títulos de modelo livre são aqueles não submetidos a padrão formal obrigatório, tais como a nota promissória e a duplicata.
- D** Quanto às hipóteses de emissão, os títulos podem ser ordens de pagamento, dos quais são exemplos letra de câmbio e cheque, ou promessa de pagamento, tais como a nota promissória.
- E** A duplicata é classificada como um título nominal à ordem, causal e de modelo vinculado.

**Questão 36**

De acordo com a Lei n.º 9.492/1997,

- A** o protesto será tirado por falta de pagamento, aceite ou devolução e deverá, em todas essas hipóteses, aguardar o vencimento da obrigação.
- B** o pagamento do título apresentado para protesto será feito diretamente no tabelionato competente, no valor igual ao declarado pelo apresentante, acrescido dos emolumentos e demais despesas.
- C** não podem ser protestados títulos emitidos em moeda estrangeira ou emitidos fora do território nacional.
- D** admite-se o protesto por falta de pagamento de letra de câmbio contra o sacado não aceitante.
- E** compete ao tabelião de protesto analisar todos os documentos de dívida apresentados, devendo rejeitar o registro caso constate que se trata de título prescrito.

**Questão 37**

No que se refere ao direito societário, assinale a opção correta.

- A** Responde pelo pagamento da obrigação o ex-sócio, mesmo que a obrigação tenha sido contraída após a averbação da alteração do contrato social, salvo se ultrapassado o período de dois anos.
- B** Na sociedade limitada, a exclusão extrajudicial de um dos sócios, por justa causa, independe de previsão expressa do contrato social.
- C** Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social deve ser exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.
- D** A constituição das sociedades simples depende de instrumento público, o qual deverá ser inscrito no registro civil das pessoas jurídicas no prazo de trinta dias.
- E** É imprescindível a pluralidade de sócios para que se constitua uma sociedade limitada.

**Questão 38**

Conforme as disposições da Lei n.º 11.101/2005, poderá requerer recuperação judicial o devedor

- A** falido, cujas responsabilidades decorrentes da falência tenham sido declaradas extintas por sentença definitiva.
- B** que, no momento do pedido, exerça sua atividade há pelo menos um ano.
- C** que, a despeito de não ter se registrado como empresário, demonstre o exercício de atividade econômica organizada.
- D** que tenha obtido recuperação judicial há três anos.
- E** condenado por crime falimentar, não reabilitado, desde que ultrapassado o prazo de três anos da extinção da punibilidade.

**Questão 39**

De acordo com o Código de Processo Civil, não havendo designação no ato constitutivo, a pessoa jurídica de direito privado será representada judicialmente, em ação que tenha por objeto tributos, pelo

- A** gerente.
- B** diretor.
- C** administrador.
- D** conselho fiscal.
- E** sócio majoritário.

**Questão 40**

Os honorários advocatícios possuem os mesmos privilégios do crédito

- A** fiscal.
- B** trabalhista.
- C** hipotecário.
- D** real.
- E** pessoal privilegiado.

**Questão 41**

O afiançado, em ação de cobrança de aluguel proposta contra o fiador, ingressará na lide como

- A** substituto processual.
- B** chamado.
- C** denunciado.
- D** assistente simples.
- E** assistente litisconsorcial.

**Questão 42**

Conforme o Código de Processo Civil, caso inexista prazo legal e o juiz não o tenha determinado, a parte deverá praticar o ato processual

- A** em prazo compatível com sua complexidade.
- B** no prazo estipulado para os embargos de declaração.
- C** em dez dias.
- D** no prazo estipulado para o juiz proferir despacho.
- E** em cinco dias.

**Questão 43**

As ações de despejo para a realização de reparações urgentes que sejam determinadas pelo poder público e que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel devem ser instruídas com

- A** comprovação do perigo de dano.
- B** rol de testemunhas que comprovem resistência do locatário em deixar o imóvel, se for o caso.
- C** qualquer instrumento particular de aquisição registrado.
- D** prova da propriedade do imóvel.
- E** prova da posse indireta.

**Questão 44**

Poderá ser objeto de ação civil pública

- I condenação em dinheiro.
- II cumprimento de obrigação de fazer.
- III cumprimento de obrigação de não fazer.
- IV anulação de atos lesivos ao patrimônio público.
- V garantia do recebimento de contribuições previdenciárias.

Estão certos apenas os itens

- A** I e IV.
- B** II e V.
- C** I, II e III.
- D** I, III, IV e V.
- E** II, III, IV e V.

**Questão 45**

Conforme os mandamentos constitucionais e as legislações aplicáveis, assinale a opção correta, quanto ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

- A** O trabalhador rural desintrusado de área indígena ou quilombola tem preferência, sobre todos os demais interessados, para ser selecionado como beneficiário de imóvel desapropriado para fins de reforma agrária.
- B** O trabalhador rural residente no imóvel desapropriado na data da vistoria de classificação precede, quanto aos critérios de preferência estabelecidos por lei, o indivíduo desapropriado, mas este último precederá aquele caso tenha sido vítima de trabalho escravo.
- C** A propriedade produtiva, considerada aquela que apresenta o grau de utilização da terra (GUT) igual ou superior a 80% e o grau de eficiência na exploração (GEE) igual ou superior a 100%, é insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária.
- D** A ordem de preferência para o assentamento de trabalhadores rurais em terras destinadas à reforma agrária deve atender a interesse específico de cada trabalhador que sofreu esbulho possessório.
- E** O imóvel rural de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais ou aquele de área superior a quatro e inferior a quinze módulos fiscais não poderá ser desapropriado para fins de reforma agrária, ainda que o proprietário tenha outro imóvel de idêntica dimensão.

**Questão 46**

Conforme os dispositivos legais acerca da função social da propriedade rural, julgue os seguintes itens.

- I Considera-se abuso do direito de propriedade qualquer ação ou omissão contrária aos interesses sociais e ambientais.
- II A titularidade da propriedade agrária deve seguir critérios e graus de exigência definidos em lei, além de contemplar, com exclusividade, o uso racional e adequado do solo e o bem-estar dos proprietários da terra.
- III O direito de propriedade deve ser exercido atendendo-se a finalidades econômicas e sociais, considerando-se, conforme a lei, a preservação da flora, da fauna, das belezas naturais, do equilíbrio ecológico e do patrimônio histórico e artístico.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**Questão 47**

Na hipótese do proprietário de um lote vago, ainda que murado, não efetuar a manutenção desse imóvel urbano,

- A não sucederá qualquer evento que atente contra a propriedade ou a posse do imóvel, pois cabe ao proprietário conservá-lo conforme sua conveniência e possibilidade, por se tratar de bem privado.
- B evidencia-se conflito de interesse entre o direito de propriedade sobre o lote e o direito de intervenção do poder público quanto à preservação da higiene e da sanidade do município.
- C configura-se como legítimo o exercício do direito do proprietário sobre o imóvel, pois foi respeitada a função social da propriedade urbana.
- D há necessidade de intervenção do poder público com vistas à adequação do referido imóvel no que concerne ao cumprimento legítimo de seus fins sanitários, urbanísticos e ambientais.
- E configura-se abusiva eventual intervenção do poder público ao exercício do direito de propriedade no caso de imposição de multa administrativa.

**Questão 48**

A respeito da produção agrária e da proteção ambiental, julgue os itens que se seguem.

- I O desafio do desenvolvimento rural e agrícola do Brasil é superar a dicotomia entre produção e proteção ambiental, por meio da integração dos objetivos e instrumentos das políticas ambientais e agrícolas dentro do marco geral do desenvolvimento sustentável.
- II A transição para a sustentabilidade rural consiste em reverter o estágio atual de degradação dos ecossistemas provocada pela agropecuária e, concomitantemente, promover, difundir e consolidar formas e estilos do sistema produtivo agrossilvopastoril e do desenvolvimento rural praticados em bases sustentáveis.
- III O objetivo do desenvolvimento rural sustentável é incentivar o uso adequado da terra e dos recursos naturais, seja em áreas de agricultura familiar, seja em assentamentos da reforma agrária, terras indígenas ou comunidades extrativistas, nas áreas suscetíveis à desertificação (ASD) e nas áreas de produção agropecuária de tipo patronal/empresarial de grande escala.
- IV Agricultor familiar é aquele que pratica atividades no meio rural, que não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais, que dirija o estabelecimento ou empreendimento com a própria família e utilize mão de obra predominante dela nas atividades econômicas, bem como que tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento, conforme definido pelo Poder Executivo.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas os itens I e IV estão certos.
- C Apenas os itens II e III estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**Questão 49**

Tendo como referência as disposições constitucionais referentes às competências legislativas em matéria agrária, assinale a opção correta.

- A Compete ao município editar lei que disponha sobre a proibição do uso de aviação agrícola no território municipal.
- B É de competência privativa da União legislar sobre direito agrário.
- C Compete aos estados e aos municípios criar regras de zoneamentos e proibições de culturas agrícolas ou práticas de pecuária.
- D É de competência concorrente dos estados e dos municípios legislar sobre atividade pecuária, na ausência de disposições editadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- E É de competência dos estados legislar sobre normas gerais de direito agrário, para atender a suas peculiaridades, ainda que exista lei federal sobre normas gerais.



**Questão 50**

No que tange ao instituto da desapropriação, conforme os mandamentos constitucionais e legais aplicáveis à espécie, assinale a opção correta.

- Ⓐ Toda desapropriação de propriedade nociva à coletividade prescindirá de prévia e justa indenização.
- Ⓑ A desapropriação é uma forma de aquisição originária da propriedade, na medida em que a aquisição não está vinculada à situação jurídica anterior e o bem ingressa no domínio público livre de ônus, gravames ou relações jurídicas de natureza real ou pessoal.
- Ⓒ A desapropriação decorre de ato administrativo, pautado no interesse público, pelo qual o Estado transforma um imóvel de terceiro em bem público, com fundamento na necessidade pública ou no interesse social, desde que esse imóvel não cumpra sua função social.
- Ⓓ No procedimento de desapropriação, o poder público transfere para si a propriedade de outrem, sem necessidade de prévia reparação financeira, desde que por razões de utilidade pública ou de interesse social.
- Ⓔ A desapropriação é a transferência compulsória da propriedade do particular ao poder público, decorrente da supremacia do interesse público sobre o particular, de maneira tal que prescinde de indenização.

**GRUPO III****Questão 51**

Considere que um adolescente tenha descumprido, reiteradamente, medida socioeducativa de meio aberto, imposta, anteriormente, em sede de remissão concedida na fase pré-processual. Nessa situação, é cabível

- Ⓐ a conversão daquela medida em medida de internação, independentemente de prévia audiência de justificação.
- Ⓑ o arquivamento do feito, em função do caráter extintivo da remissão concedida na fase pré-processual.
- Ⓒ a medida de internação-sanção do adolescente, após prévia oitiva dele e oferecimento de parecer técnico que fundamente a medida.
- Ⓓ o oferecimento de representação pelo Ministério Público, dando-se início ao processo de apuração do ato infracional.
- Ⓔ a internação, em caráter provisório, independentemente de oitiva judicial do adolescente, até a resolução do incidente.

**Questão 52**

Um adolescente foi condenado pela prática de ato infracional análogo ao tráfico de drogas, delito tipificado como hediondo. Na apuração da conduta do adolescente, restou comprovada a inexistência de qualquer violência ou grave ameaça, não constando antecedentes infracionais em desfavor do adolescente.

Nessa situação hipotética,

- Ⓐ poderá ser imposta ao adolescente medida socioeducativa de internação, haja vista a hediondez da conduta.
- Ⓑ não é cabível a imposição de medida socioeducativa de internação ao adolescente.
- Ⓒ até o trânsito em julgado do processo, é cabível a internação provisória do adolescente.
- Ⓓ poderá ser imposta ao adolescente a medida de liberdade assistida, com período mínimo de acompanhamento de um ano, dada a gravidade do delito.
- Ⓔ iniciada a ação, poderá o Ministério Público conceder a remissão antes do trânsito em julgado da decisão judicial.

**Questão 53**

Considere que um idoso independente e com pouca limitação para atividades da vida diária esteja impossibilitado de conviver com sua família e não receba recursos de aposentadoria, benefício de prestação continuada ou renda mensal vitalícia. A partir dessas informações, é correto afirmar que, entre os projetos de atenção previstos na Portaria n.º 73/2001, aquele que melhor se adéqua às necessidades desse idoso é o

- Ⓐ Projeto de Residência Temporária.
- Ⓑ Projeto Centro de Convivência.
- Ⓒ Projeto República.
- Ⓓ Projeto Centro Dia.
- Ⓔ Projeto Família Acolhedora.

**Questão 54**

Com base na Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, assinale a opção correta.

- Ⓐ O conceito de saúde, no caso do idoso, se constitui mais em função da presença ou ausência de doença orgânica do que pelas circunstâncias de autonomia e independência.
- Ⓑ A formulação de políticas de saúde para o idoso considera, precipuamente, a homogeneidade do grupo em termos etários.
- Ⓒ Em relação ao idoso, o modelo de atenção à saúde é baseado na assistência médica individual.
- Ⓓ As crenças e os modelos culturais devem ser considerados nos cuidados ao idoso, visando-se garantir a eficiência dos recursos e dos tratamentos disponíveis.
- Ⓔ Por critério etário, é frágil o idoso a partir dos 70 anos de idade.

**Questão 55**

De acordo com preceitos legais, a redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de recursos especiais para que a pessoa portadora de anormalidade na função psicológica possa receber informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de atividade a ser exercida, é considerada

- Ⓐ transtorno cognitivo.
- Ⓑ incapacidade.
- Ⓒ deficiência múltipla.
- Ⓓ deficiência.
- Ⓔ deficiência permanente.

**Questão 56**

Conforme previsão legal, a falta de reserva de assentos, devidamente identificados, para as pessoas portadoras de deficiência em transporte público coletivo, sujeitará a concessionária a

- Ⓐ interdição da atividade.
- Ⓑ apreensão do veículo.
- Ⓒ suspensão da atividade.
- Ⓓ multa.
- Ⓔ advertência e multa.

**Questão 57**

Considerando a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) acerca de povos indígenas e tribais, assinale a opção correta, relativa aos direitos das comunidades quilombolas.

- A** Apesar de assegurar a proteção possessória, tal convenção não observa os valores culturais e espirituais em relação ao território quilombola, contrariando o conceito de propriedade comunal trazido no caso Povo Saramaka vs. Suriname.
- B** No processo de desenvolvimento do Estado, sempre que isso afete o modo de vida, as crenças, as instituições e o bem-estar espiritual da comunidade interessada, ela terá o direito de escolher as próprias prioridades, salvo quanto às terras que já ocupe ou utilize de alguma forma.
- C** Os quilombolas são grupos culturalmente diferenciados da grande sociedade e se reconhecem como tais, apesar de não corresponderem exatamente ao conceito de povos tribais, tampouco ao de indígenas.
- D** As comunidades quilombolas têm o direito de conservar seus costumes e instituições próprias, mesmo que incompatíveis com os direitos fundamentais constitucionalmente previstos ou com os direitos humanos reconhecidos internacionalmente.
- E** O conceito de comunidades quilombolas não se confunde com o de comunidades tradicionais; além disso, enquanto os quilombos gozam da proteção da convenção citada, os povos tradicionais têm um regime completamente distinto de proteção.

**Questão 58**

No que tange ao regime jurídico de proteção das comunidades quilombolas, assinale a opção correta.

- A** O Supremo Tribunal Federal admite a existência da denominada tese do marco temporal em relação ao reconhecimento da propriedade dos remanescentes de comunidades de quilombos.
- B** A Constituição Federal de 1988, em atenção ao valor histórico-cultural dos extintos quilombos, consagrou diretamente, independentemente de lei, o tombamento de todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas que lhes fazem referência.
- C** A Constituição Federal de 1988, ao reconhecer o direito de propriedade aos remanescentes das comunidades dos quilombos, faz referência exclusiva às comunidades compostas por ex-escravizados, sem levar em conta outros processos de ancestralidade negra relacionados com a resistência histórica à opressão perpetrada contra o povo negro.
- D** Segundo o Decreto n.º 4.887/2003, competem à Fundação Cultural Palmares a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- E** O Decreto n.º 4.887/2003 reconhece o critério da autoidentificação das comunidades quilombolas e determina que ele, assim como o instrumento de vínculo associativo, seja inscrito no cadastro geral junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

**Questão 59**

O art. 47 do Código de Defesa do Consumidor estipula que “as cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor”. O princípio que norteia tal dispositivo é denominado de

- A** princípio da vulnerabilidade do consumidor.
- B** princípio da harmonização.
- C** princípio da educação e informação.
- D** princípio da responsabilidade solidária.
- E** princípio da qualidade e segurança.

**Questão 60**

Acerca da legitimação da Defensoria Pública para a tutela dos interesses individuais homogêneos e da ação coletiva correlata, assinale a opção correta.

- A** Exige-se a comprovação da hipossuficiência do público-alvo para fins de propositura de ação civil pública pela Defensoria Pública.
- B** A indivisibilidade, principal característica dos interesses individuais homogêneos a justificar a ação coletiva, afasta a solução diferenciada para os interessados.
- C** O Ministério Público não atuará nas ações propostas pela Defensoria Pública que visem, exclusivamente, à defesa dos referidos direitos.
- D** A intervenção de interessados na condição de litisconsortes nas ações coletivas propostas pela Defensoria Pública somente é permitida na fase de execução da sentença.
- E** A sentença que decidir pela improcedência da ação coletiva não atingirá os interessados que não tiverem atuado no processo como litisconsortes.

**Questão 61**

Em termos legais, uma área protegida, não coberta por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas, é denominada

- A** reserva legal.
- B** área de preservação permanente.
- C** amazônia legal.
- D** área de manejo sustentável.
- E** área rural consolidada.

**Questão 62**

De acordo com preceitos legais, quem utiliza o recurso ambiental com fins econômicos deve suportar seus custos por força do princípio do(a)

- A** participação.
- B** poluidor-pagador.
- C** cooperação.
- D** gestão democrática.
- E** compensação.

**Questão 63**

Considerando a teoria da norma jurídica e a teoria do ordenamento jurídico segundo Norberto Bobbio, assinale a opção correta.

- A O sistema jurídico carece de completude, devendo ser abandonado quando não oferecer a solução expressa das questões sociais.
- B As teorias de Bobbio negam a pirâmide de Kelsen e afirmam que não existe hierarquia entre as normas.
- C Em questões de pluralismo jurídico internas, a ação mais comum do Estado, na visão de Bobbio, é absorver ordenamentos jurídicos menores.
- D A forma de resolver a questão da antinomia em tipos de antinomia concreta é buscar a solução dentro do próprio ordenamento.
- E Bobbio aponta a possibilidade de existência de lacunas ideológicas no direito.

**Questão 64**

Acerca das teorias contemporâneas da justiça, assinale a opção correta.

- A O libertarismo de Mill tem como pedra angular o princípio da propriedade de si.
- B Para o utilitarismo, o Estado liberal acaba por rejeitar os valores comuns compartilhados por uma comunidade, o que causaria desagregação política.
- C O liberalismo igualitário de Rawls defendia que se deveria agir sempre de forma a produzir a maior quantidade de bem-estar.
- D Steiner, ao contrário de Nozick, defende um libertarismo de esquerda.
- E Para os comunitaristas, a moral encontra-se fora da realidade social.

**Questão 65**

Acerca do positivismo jurídico e de seus críticos, assinale a opção correta.

- A Lyra Filho diverge do positivismo jurídico no ponto em que levanta a teoria tridimensional fato-valor-norma, integrando à análise da norma aspectos filosóficos e sociais.
- B Reale critica a obra de Kelsen a partir de um viés marxista.
- C A dialética social do direito critica o juspositivismo e coloca a defesa da moral jusnaturalista como um de seus pressupostos.
- D Na crítica a Hart, Dworkin reconhece que o positivismo propõe um modelo para regras e princípios.
- E Habermas, em crítica a Kelsen, propõe um modelo de legitimidade do direito a partir de conexões entre direito, moral e política.

**Questão 66**

Acerca da função simbólica do direito, do direito como ideologia, da eficácia do direito e da legitimidade da ordem jurídica, assinale a opção correta.

- A Há consenso na sociologia do direito acerca da função simbólica do direito para coibir condutas lesivas à sociedade.
- B Para Kelsen, o direito só é sociologicamente eficaz se coincidente com os costumes.
- C A função ideológica do direito é um dos temas principais da teoria de Marx que defende que o medo da punição leva à paz social.
- D Bourdieu critica as saídas formalistas e instrumentalistas do direito para investigação de sua legitimidade.
- E Segundo Kelsen, a função simbólica do direito deve estar prevista na norma jurídica.

**Questão 67**

Com relação ao positivismo, ao marxismo, ao historicismo e ao direito estatal e extraestatal, assinale a opção correta.

- A Max Weber foi pioneiro no debate acerca da função do direito substantivo estatal.
- B Os historicistas são considerados os fundadores da sociologia jurídica.
- C O positivista August Comte defendia que o direito é o padrão de solidariedade social para a garantia da sociedade orgânica.
- D O historicismo em Max Weber se contrapõe ao viés dado por Hegel a respeito da história.
- E Para os marxistas, o direito é sempre a expressão das classes sociais menos favorecidas.

**Questão 68**

No que diz respeito aos grupos sociais e ao direito, ao direito estatal e extraestatal, bem como ao conflito social e ao conflito jurídico, assinale a opção correta.

- A O direito estatal pertence ao universo das nações, e o extraestatal interno, ao sistema ONU.
- B Os conflitos sociais são uma espécie de conflito jurídico.
- C A existência de grupos sociais dentro do direito viola o princípio da isonomia.
- D O direito extraestatal inexistente no Brasil.
- E O pluralismo jurídico compreende a existência de direito estatal e extraestatal.

**Questão 69**

Nos termos da Lei Complementar n.º 55/2009, dirimir conflitos de atribuições entre defensores públicos é incumbência

- A do Conselho Superior da DP/TO.
- B do corregedor-geral da DP/TO.
- C do diretor da escola superior da DP/TO.
- D da Ouvidoria-Geral da DP/TO.
- E do defensor público-geral da DP/TO.

**Questão 70**

Em determinado processo civil, após constatação de hipótese legal de intervenção da curadoria especial, o juiz encaminhou os autos à Defensoria Pública. Ao receber os autos, o defensor público, designado para atuar no processo, verificou que a parte, citada por edital, não atendia aos critérios de renda fixados pela Resolução n.º 170/2018 do CSDP.

Considerando essa situação hipotética bem como os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 170/2018 do CSDP, assinale a opção correta.

- A O defensor público deverá recusar a intervenção em favor da parte.
- B Por se tratar de hipótese de recusa de atuação, o defensor público deverá encaminhar os autos ao defensor público-geral.
- C No exercício da curadoria especial cível, o defensor público não tem autorização normativa para verificar se a parte atende aos critérios de renda fixados pela referida resolução.
- D O defensor público deverá requerer ao juízo que arbitre honorários a favor da Defensoria Pública.
- E O defensor público apenas está autorizado a investigar a situação econômica da parte, representada pela curadoria especial, se esta for pessoa jurídica.

**Questão 71**

Com relação às disposições do Regimento Interno do Conselho Superior da DP/TO, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não se admite manifestação de cidadãos nas sessões do Conselho Superior.
- Ⓑ Em caso de impedimento do defensor público-geral, o corregedor-geral assumirá a presidência do Conselho Superior.
- Ⓒ A qualquer membro do Conselho Superior é facultado propor recomendações, sem caráter vinculativo, aos órgãos da Defensoria Pública para o desempenho de suas funções.
- Ⓓ Os prazos recursais e outros estabelecidos nas decisões do Conselho Superior começarão a correr no dia da intimação da parte interessada.
- Ⓔ Os atos normativos e deliberativos do Conselho Superior serão formalizados por meio de regulamento.

**Questão 72**

Nos termos da Lei Complementar Federal n.º 80/1994 e da Lei Complementar Estadual n.º 55/2009, constitui direito dos assistidos da Defensoria Pública

- Ⓐ participar, com direito a voz, do Conselho Superior da DP/TO.
- Ⓑ obter informação acerca da atuação de defensores públicos distintos, em qualquer situação.
- Ⓒ o patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor natural.
- Ⓓ a participação na sugestão das diretrizes institucionais da Defensoria Pública e no acompanhamento das ações e projetos desenvolvidos pela Instituição, com vistas ao aperfeiçoamento do acesso à justiça.
- Ⓔ propor aos órgãos de administração superior da Defensoria Pública medidas e ações que visem à consecução dos princípios institucionais e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados pela instituição.

**Questão 73**

Considerando que a ação discriminatória pode ser distinguida entre positiva e negativa, assinale a opção que apresenta uma característica da discriminação positiva.

- Ⓐ vantagem temporária ou permanente para grupos socialmente vulneráveis
- Ⓑ atividade voluntária de inclusão, necessariamente mediante o incentivo do governo
- Ⓒ critérios subjetivos e justificáveis do ponto de vista jurídico
- Ⓓ aplicabilidade exclusiva no âmbito público
- Ⓔ prevalência da igualdade formal

**Questão 74**

No que concerne ao aspecto coletivo das práticas discriminatórias, seus conceitos e atores sociais, assinale a opção correta.

- Ⓐ O sentido jurídico do termo discriminação está basicamente ligado ao seu aspecto interpessoal.
- Ⓑ A discriminação institucional é caracterizada, entre outros aspectos, por sua dimensão coletiva.
- Ⓒ A discriminação indireta caracteriza-se pela presença da intenção específica de discriminar, mesmo que de forma dissimulada.
- Ⓓ A discriminação estrutural pressupõe a prática de um ato de natureza psicológica e individual.
- Ⓔ A norma ou a prática social na discriminação direta é direcionada a todas as pessoas sem atingir um grupo específico.

**Questão 75**

Em relação aos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, é correto afirmar que

- Ⓐ esses crimes não alcançam as situações de discriminação relacionadas a identidade de gênero e orientação sexual.
- Ⓑ a utilização da cruz suástica em camisetas ou bonés caracteriza, em qualquer situação, crime de divulgação do nazismo.
- Ⓒ o rol das condutas tipificadas pela lei que define tais crimes é exaustivo.
- Ⓓ tais crimes são inafiançáveis, mas sujeitos aos prazos prescricionais estabelecidos no Código Penal brasileiro.
- Ⓔ a injúria racial difere do crime de racismo, entre outros, pelo bem jurídico tutelado e pela natureza da ação penal.

**GRUPO IV****Questão 76**

Durante uma confraternização familiar, Lucas, de 56 anos de idade, após comer uma sobremesa, começou, inesperadamente, a ficar impaciente e a ameaçar de morte sua irmã, Lívia. Com medo, esta acionou a polícia, que prendeu Lucas e o conduziu à delegacia de polícia, onde a vítima o representou pelo crime de ameaça, com incidência da Lei n.º 11.340/2006. Devidamente processado, constatou-se que o réu, no momento dos fatos, pela primeira vez na vida, tivera hiperglicemia, que lhe causara confusão mental e lhe diminuía a capacidade de entendimento. Devido a esse episódio, Lucas descobriu ser diabético. Todas essas circunstâncias restaram devidamente provadas no bojo dos autos.

Nessa situação hipotética, de acordo com o Código Penal, na sentença penal de Lucas, o juiz deve

- Ⓐ absolver o réu, aplicando-lhe medida de segurança, em razão dos efeitos análogos à embriaguez patológica.
- Ⓑ absolver o réu, aplicando-lhe medida de segurança, em razão dos efeitos análogos à embriaguez culposa.
- Ⓒ condenar o réu, aplicando-lhe pena diminuída, em razão dos efeitos análogos à embriaguez acidental.
- Ⓓ absolver o réu, isentando-o de pena e de medida de segurança, em razão da embriaguez decorrente de força maior.
- Ⓔ condenar o réu, agravando-lhe a pena, em razão dos efeitos análogos à embriaguez preordenada.

**Questão 77**

Douglas foi denunciado e condenado pelo crime de lesão corporal em situação de violência doméstica. A sentença penal condenatória transitada em julgado aplicou-lhe uma pena privativa de liberdade de 1 ano, em regime aberto, mas, por ele preencher os requisitos legais, foi-lhe deferido o benefício da suspensão condicional da pena. Durante o cumprimento das condições do *sursis* penal, Douglas foi definitivamente condenado pela contravenção penal de vias de fato, no contexto familiar, que resultou na aplicação de prisão simples de 20 dias, a ser cumprida em regime aberto.

Nessa situação hipotética, considerando o disposto no Código Penal, o juiz

- A deverá prorrogar o período de prova da suspensão condicional da pena até a extinção da punibilidade da contravenção penal pelo cumprimento integral da pena de prisão simples.
- B deverá revogar a suspensão condicional da pena, momento em que Douglas passará a cumprir as penas privativas de liberdade, não se descontando da pena o tempo em que ele cumpria as condições do *sursis*.
- C poderá revogar a suspensão condicional da pena, hipótese em que Douglas passará a cumprir as penas privativas de liberdade, descontando-se da pena o tempo em que ele cumpria as condições do *sursis*.
- D não poderá revogar a suspensão condicional da pena, uma vez que a condenação definitiva por contravenção penal com pena privativa de liberdade não é causa de revogação de *sursis* penal.
- E poderá prorrogar o período de prova da suspensão condicional da pena até o máximo, caso não tenha sido fixado anteriormente.

**Questão 78**

Acerca do livramento condicional, assinale a opção correta.

- A Segundo posicionamento do STJ, por ser requisito subjetivo, a análise de cometimento de falta grave nos últimos doze meses limita a aferição do requisito do comportamento carcerário do reeducando, por não se poderem considerar as anotações de faltas disciplinares pretéritas e de longa data.
- B De acordo com o Código Penal, o livramento condicional será obrigatoriamente revogado se, no curso do período de prova, o beneficiário for condenado irrecorivelmente por crime praticado durante o livramento, com imposição de pena restritiva de direitos.
- C Segundo as leis de regência, a prática de contravenção penal durante o período de livramento constitui motivo idôneo para a suspensão do benefício até a decisão final do processo em que se apura aquela infração, podendo o juiz decretar a prisão do beneficiário após oitiva do conselho penitenciário e do Ministério Público.
- D O STJ não admite, ante a falta de previsão legal, que, para a concessão do livramento condicional ao condenado primário por crime de associação ao tráfico (art. 35 da Lei n.º 11.343/2006) e de bons antecedentes, este deva cumprir dois terços da pena, como aplicável aos condenados por tráfico de drogas, em razão da vedação de analogia *in malam partem*.
- E Segundo jurisprudência pacificada dos tribunais superiores, a prática de crime durante o livramento condicional enseja a suspensão e a prorrogação automática do benefício até o fim do processo em que se apura o delito, prescindindo-se de decisão judicial.

**Questão 79**

A Lei n.º 11.343/2006 estabelece diretrizes penais para o enfrentamento aos crimes relacionados às drogas. Considerando o posicionamento do STJ a respeito desse tema, julgue os itens a seguir.

- I O agente que realizar, direta e simultaneamente, a traficância e o custeio do tráfico não responderá pelos crimes de tráfico de drogas e de financiamento ao tráfico, em concurso material, mas apenas pelo tráfico majorado, na forma prevista na Lei n.º 11.343/2006.
- II Para que o crime de tráfico de drogas seja majorado por caracterizar tráfico entre estados da Federação, na forma da Lei n.º 11.343/2006, é indispensável que o agente consiga ingressar em outro estado da Federação, não bastando a sua intenção de praticar o tráfico interestadual.
- III Para a devida comprovação da materialidade do delito de tráfico de entorpecentes, não se exige a descrição do grau de pureza da substância, embora a lei exija essa especificação no momento da dosimetria penal.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**Questão 80**

Com relação aos delitos hediondos, ao abuso de autoridade e a crimes de trânsito, julgue os próximos itens.

- I Segundo a Lei n.º 8.072/1990, consideram-se hediondos, consumados ou tentados, os crimes de roubo majorado com emprego de arma de fogo de uso proibido, restrito ou permitido, o de porte ilegal de arma de fogo de uso proibido e restrito e o de furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.
- II Suponha que, a despeito de o interrogado ter optado por ser assistido por defensor público, um agente público tenha prosseguido com o seu interrogatório sem a presença de um defensor público. Nesse caso, de acordo com a Lei n.º 13.869/2019, o agente público incorreu em crime de abuso de autoridade, podendo ter a perda do cargo como efeito não automático de eventual condenação penal.
- III Conforme entendimento do STJ, entregar a direção de veículo automotor a pessoa cujo direito de dirigir esteja suspenso é crime de perigo concreto, sendo necessária a devida comprovação do risco ao bem jurídico tutelado.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**Questão 81**

No que se refere ao inquérito policial e a temas correlatos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não é possível desarquivar o inquérito policial quando o arquivamento ocorrer por ausência de pressuposto ou condição da ação penal.
- Ⓑ Confirmada a suspeição da autoridade policial, a irregularidade prejudica as conclusões do inquérito policial e inviabiliza a ação penal.
- Ⓒ O delegado poderá requisitar de empresa privada, de transporte de passageiros, por exemplo, dados cadastrais da vítima ou de suspeitos do crime de tráfico de pessoas.
- Ⓓ Segundo entendimento do STF, ainda que indispensável o meio de prova, há restrição legal ao número de renovações de autorização de interceptação das comunicações telefônicas durante uma investigação.
- Ⓔ O arquivamento do inquérito policial por atipicidade da conduta impede a propositura de ação civil indenizatória pela vítima do crime.

**Questão 82**

Após ser preso em flagrante, Bento, pesquisador do Ministério da Saúde, foi apresentado em audiência de custódia. Nesse caso, o juiz pode

- Ⓐ relaxar a prisão se for constatado pelo auto de prisão em flagrante que Bento agiu acobertado por uma excludente de ilicitude.
- Ⓑ converter em prisão domiciliar se Bento for responsável por filho menor de até 12 (doze) anos de idade.
- Ⓒ conceder a Bento liberdade provisória com fiança caso esteja incurso no crime de epidemia com resultado morte, por exemplo.
- Ⓓ converter em prisão preventiva, se a imputação for por crime, doloso ou culposo, punido com pena máxima igual ou superior a quatro anos.
- Ⓔ aplicar, por representação do delegado, medida cautelar de suspensão do exercício de função pública quando houver justo receio de sua utilização para praticar crime.

**Questão 83**

Considerando o entendimento do STJ acerca do tribunal do júri, assinale a opção correta.

- Ⓐ A ausência do oferecimento das alegações finais pela defesa em processo de competência do Tribunal do Júri acarreta nulidade absoluta.
- Ⓑ Durante os debates no plenário do Tribunal do Júri, a leitura dos antecedentes criminais do acusado viola o dispositivo legal que proíbe a referência a decisões que o prejudiquem.
- Ⓒ É válida a anulação parcial de decisão proferida pelo Conselho de Sentença acerca de qualificadora sem que haja a submissão do acusado a novo plenário do Tribunal do Júri.
- Ⓓ Compete ao juiz do Tribunal do Júri decretar, motivadamente, como efeito da condenação, a perda do cargo ou função pública, inclusive de militar quando o fato não tem relação com sua atividade na caserna.
- Ⓔ A complementação do número regulamentar mínimo de jurados por meio de sorteio de suplentes enseja nulidade do julgamento por violação do princípio do juiz natural.

**Questão 84**

Acerca de nulidades, recursos e *habeas corpus*, assinale a opção correta à luz do entendimento dos tribunais superiores.

- Ⓐ É nula a sentença proferida de forma oral na audiência e registrada em meio audiovisual sem a juntada aos autos da transcrição integral.
- Ⓑ A nulidade decorrente da ausência de intimação, pessoal ou por diário oficial, da data de julgamento do recurso pode ser arguida a qualquer tempo.
- Ⓒ A intimação pessoal da Defensoria Pública quanto à data de julgamento de *habeas corpus* só é necessária se houver pedido expresso para a realização de sustentação oral.
- Ⓓ O *habeas corpus* não é admitido para impugnar as medidas cautelares de natureza criminal diversas da prisão por não haver ofensa ou ameaça à liberdade de locomoção.
- Ⓔ Admite-se *habeas corpus* contra decisão que apenas autoriza visita pelo parlatório, negando o direito de familiar de preso internado em unidade prisional de ter encontro direto.

**Questão 85**

Com base na Lei n.º 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, assinale a opção correta.

- Ⓐ É direito da pessoa portadora de transtorno mental ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.
- Ⓑ É direito da pessoa portadora de transtorno mental ter acesso, sob supervisão e acompanhamento, aos meios de comunicação disponíveis em estabelecimentos.
- Ⓒ Preferencialmente, a internação de pacientes portadores de transtornos mentais será feita em instituições com características asilares.
- Ⓓ A pessoa portadora de transtorno mental tem direito à presença médica semanalmente para reavaliar a hospitalização involuntária.
- Ⓔ Ao solicitar a internação voluntária, o paciente declara que optou por esse tratamento e que concorda que o término depende de autorização do médico responsável.

**Questão 86**

Com base no entendimento do STJ acerca de execução penal, durante o cumprimento da pena, a prática de falta grave pelo condenado

- Ⓐ altera a data-base para a concessão de trabalho externo mesmo que preenchidos os demais requisitos.
- Ⓑ não dispensa, por exemplo, a comprovação pericial da funcionalidade do telefone apreendido em seu poder.
- Ⓒ não acarreta a alteração da data-base para fins de saída temporária.
- Ⓓ autoriza a regressão do regime de cumprimento de pena limitado ao que foi fixado na sentença condenatória.
- Ⓔ não impede o livramento condicional, quando cometida em período longínquo e já reabilitada.

**Questão 87**

A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, quando o preso tiver cumprido ao menos 30% da pena, se o apenado for

- A condenado por exercer o comando de organização criminosa estruturada para a prática de crime hediondo.
- B condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário.
- C reincidente em crime cometido com violência à pessoa ou grave ameaça.
- D primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça.
- E reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça.

**Questão 88**

Conforme a Lei n.º 7.210/1984, a atribuição de emitir parecer sobre indulto e comutação de pena, excetuada a hipótese de pedido de indulto com base no estado de saúde do preso, incumbe especificamente ao

- A Patronato.
- B Ministério Público.
- C Conselho da Comunidade.
- D Departamento Penitenciário local.
- E Conselho Penitenciário.

**Questão 89**

Foi realizada ação de agentes de polícia infiltrados virtualmente na Internet, com o fim de investigar crime praticado por organização criminosa. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta com base no que dispõe a Lei n.º 12.850/2013, que trata de crime organizado.

- A O juiz pode ressaltar o direito do infiltrado de ter suas informações pessoais preservadas durante a investigação.
- B A infiltração admite renovações, mas não pode exceder o total de 360 dias.
- C É anulável a infiltração se as provas puderem ser produzidas por outros meios disponíveis.
- D Na hipótese de representação feita pelo delegado, o juiz, após decidir o pedido, cientificará o Ministério Público.
- E Havendo indícios de que o agente infiltrado sofre risco iminente, o juiz pode sustar a operação de ofício.

**Questão 90**

Quanto ao crime de maus-tratos de animais, assinale a opção correta de acordo com o previsto na legislação que trata de crimes contra o meio ambiente e de temas correlatos.

- A Por omissão no tipo penal específico da lei ambiental, maus-tratos contra animais domésticos, como cães e gatos, são tipificados como contravenção penal.
- B Maltratar cães e gatos é crime de menor potencial ofensivo, admite transação penal, suspensão condicional do processo e proibição da guarda do animal.
- C Na ADPF 640, autorizou-se o imediato abate, por misericórdia, de animais encontrados em condições extremas de maus-tratos para evitar o contínuo sofrimento.
- D É atípica a conduta de realizar experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, quando para fins científicos, se não existirem recursos alternativos de pesquisa.
- E A conduta dolosa de matar animal silvestre ou nativo é punida como uma das formas qualificadas do crime de maus-tratos.

**Questão 91**

José, indivíduo com maus antecedentes, foi preso em flagrante com uma munição de arma de fogo de uso restrito, alguns gramas de *crack* e balança de precisão, não tendo sido encontrada arma de fogo em seu poder. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta com base no que prevê a legislação acerca de desarmamento e de tóxicos.

- A Quanto à munição, a conduta é atípica, pois a apreensão de ínfima quantidade de droga, aliada à ausência de arma de fogo, configura crime impossível.
- B Aplica-se o princípio da insignificância por inexistência de potencialidade lesiva em face da irrelevante quantidade de munição apreendida.
- C A pouca quantidade de droga não justifica a aplicação do princípio da insignificância tanto no tráfico quanto para consumo próprio por serem crimes de perigo abstrato.
- D A pequena quantidade de substância entorpecente apreendida é preponderante para o enquadramento na forma privilegiada do crime de tráfico de drogas.
- E A apreensão da balança de precisão desconfigura a posse de drogas para consumo pessoal e justifica o enquadramento no crime de associação para o tráfico.

**Questão 92**

Com relação aos crimes de trânsito, assinale a opção correta com base no Código de Trânsito Brasileiro.

- A Homicídio culposo quando praticado por motorista profissional justifica a substituição da pena acessória de suspensão do direito de dirigir por outra reprimenda.
- B A imposição da penalidade de suspensão do direito de dirigir veículo automotor caracteriza ofensa direta à liberdade de locomoção do paciente, sendo cabível *habeas corpus*.
- C O crime de lesão corporal culposa absorve o de direção sem habilitação, por protegerem ambos o mesmo bem jurídico, e o último justificar a imperícia que ocasionou o primeiro.
- D Alteração legislativa proibiu a conversão de pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos quando ocorrer crime de homicídio culposo.
- E O crime de embriaguez ao volante e o de lesão corporal culposa são autônomos, não sendo o primeiro fase de preparação ou de execução para a prática do segundo.

**Questão 93**

Assinale a opção que indica escola criminológica que utilizou, entre outros, fundamentos da teoria do contratualismo.

- A Escola Técnico-jurídica
- B Escola Clássica
- C Escola Positiva ou Positivista
- D Escola Marxista
- E Escola Correccionalista

**Questão 94**

A polícia militar de determinado estado instituiu um programa educacional de prevenção e resistência às drogas, o que ensejou o atendimento de aproximadamente dois mil estudantes do ensino médio.

Nessa situação hipotética, considerando-se os modelos de prevenção do delito pelo Estado, trata-se de

- A ação preventiva de natureza primária.
- B ação preventiva secundária.
- C ação repressiva primária.
- D ação repressiva secundária.
- E ação preventiva terciária.

**Questão 95**

O objeto de estudo da criminologia, na fase pré-científica, compreendia

- A** o crime, o criminoso, a vítima e a pena.
- B** o crime e o criminoso.
- C** o crime, o criminoso, a vítima, o controle social e a pena.
- D** o crime, o criminoso, a vítima e o controle social.
- E** o crime, o criminoso e a vítima.

**Questão 96**

Uma das grandes contribuições da Escola Clássica para o ordenamento penal brasileiro diz respeito ao princípio

- A** da insignificância.
- B** da ofensividade.
- C** da adequação social.
- D** da intervenção mínima.
- E** da legalidade.

**Questão 97**

Um adolescente conversava com seu amigo em uma quadra de esportes pública, quando, ao encostar-se nas cercas da quadra, que estavam em péssimo estado de manutenção, recebeu uma descarga elétrica, que lhe resultou em lesão corporal. Apesar de ter sido socorrido, ele veio a óbito no caminho do hospital.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, acerca de lesão ocasionada por energia elétrica artificial.

- A** Nesse caso, ocorreu fulminação.
- B** Nesse caso, ocorreu fulguração.
- C** Úlceras de Röntgen aparecem em lesões causadas por eletricidade industrial.
- D** Nesse caso, ocorreu eletroplessão.
- E** A marca elétrica de Jellineck caracteriza a lesão de saída da corrente elétrica no organismo.

**Questão 98**

Um faxineiro de um hospital público, ao manusear o lixo da unidade cirúrgica, sofreu uma lesão que foi descrita no prontuário médico como incisa.

Com base nessas informações, é correto afirmar que, na situação hipotética apresentada, a lesão foi causada por instrumento

- A** cortocontundente.
- B** perfurante.
- C** perfurocontundente.
- D** contundente.
- E** cortante.

**Questão 99**

Enquanto executava uma de suas tarefas diárias, um trabalhador doméstico caiu de uma escada e fraturou os ossos do braço direito. Com isso, foi submetido a procedimento cirúrgico e fisioterapia, recuperando-se plenamente após seis meses.

Considerando os diferentes tipos de lesões corporais, assinale a opção que indica a lesão sofrida pelo trabalhador na situação hipotética anterior.

- A** lesão contundente
- B** lesão gravíssima
- C** lesão leve
- D** lesão incidiosa
- E** lesão grave

**Questão 100**

Carla buscou a Defensoria Pública depois de sua cunhada ter registrado boletim de ocorrência na delegacia de polícia, referindo que Carla realizara abortamento.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define o abortamento como a interrupção da gravidez antes de

- A** 20 semanas de gestação, ou quando o feto tem até 600 g ou 16,5 cm.
- B** 21 semanas de gestação, ou quando o feto tem até 550 g ou 16,5 cm.
- C** 22 semanas de gestação, ou quando o feto tem menos de 500 g ou 16,5 cm.
- D** 22 semanas de gestação, ou quando o feto tem até 600 g ou 15,5 cm.
- E** 20 semanas de gestação, ou quando o feto tem menos de 500 g ou 15,5 cm.

**Espaço livre**